

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 13 de maio de 2021

Ata N.º 37

No dia treze de maio de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2021

PONTO DOIS – Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela 2021

PONTO TRÊS – Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências (atualização verbas) – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros - União das Freguesias de Poceirão e Marateca

PONTO QUATRO – Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências (atualização verbas) – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros - Junta de Freguesia de Quinta do Anjo

PONTO CINCO – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para o financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação

PONTO SEIS – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultantes de «Contrato de gestão de eficiência energética», a celebrar com o consórcio AMENER – Eficiência Energética, S.A e Amener III Smart Energy, Unipessoal, Lda., ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;

- Sr. António Joaquim Viegas.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP)

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sr. Roberto José Lopes Cortegano.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM)

- Sra. Luz Bela Correia Veríssimo;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sr. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;

- Sr. Vereador Luís Miguel Rezinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço**, que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD-CDS.PP**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Roberto José Lopes Cortegano** que se encontra presente.
- **Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sra. Sonia Cristina Matos Rodrigues Semião**, que se encontra presente.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca**, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **António Joaquim Viegas** secretário do executivo.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço, Sra. Sonia Cristina Matos Rodrigues Semião da CDU, e o Sr. Roberto José Lopes Cortegano, do PPD/PSD-CDS.PP**, que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Período de Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente da Mesa**:

“ Sras. e Srs. Membros da Assembleia, caros técnicos da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Municípes, que nos acompanharão online, boa noite a todos.

Vamos começar a nossa sessão extraordinária da Assembleia Municipal, peço desculpa por este atraso, mas, enfim, esta logística da instalação agora também nos computadores já não é só a nossa instalação física, e a nossa chegada, também às vezes a instalação dos computadores e demais meios demora um pouco mais, mas penso que estamos em condições então de começar a sessão. Esta é uma Sessão Extraordinária como todos terão presente e, portanto, não há o período antes da ordem do dia, nem o período destinado à intervenção do público, vou começar por fazer a chamada rapidamente.”

Estamos prontos para começar, nós temos como propostas para a sessão de hoje, a proposta número um é a Atribuição da Medalha Municipal de Mérito, a número dois a Atribuição da Medalha de Honra do Concelho e eu dou palavra, ao Sr. Presidente para apresentar ambas.”

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2021

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, permita-me Sra. Presidente que comece por saudar V.Exa., e restantes Membros da Mesa, as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, as Sras. e os Srs. Vereadores que também acompanham esta sessão, as trabalhadoras e os trabalhadores do município, assim como as Sras. e os Srs. munícipes que nos acompanham presencialmente ou à distância.

A Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2021, como o conjunto das Condecorações Municipais de Mérito e de Honra do Município é uma forma de reconhecer publicamente os serviços notáveis prestados ao concelho por pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, nos mais diversos setores de atividade.

Este ano voltamos a um tema que, aliás, está também plasmado no próprio Regulamento Municipal de Condecorações, desde o ano passado, que é a temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030, que estão estruturados em torno de cinco princípios - Pessoas, Planeta, Prosperidade, Parcerias, Paz - e continuam a nortear a atribuição das Condecorações Municipais.

Depois temos também aqui, e tudo isto em cascata articulado com este ODS, um ano temático o ano Internacional das Frutas e Vegetais, e, por isso, nosso território, um conjunto de entidades, singulares e coletivas que trabalham na valorização da economia dos produtos locais em alinhamento com o “ODS 12- Produção e Consumo Sustentáveis” também esta temática serviu como critério orientador para a atribuição de distinções De mérito a diversos agentes.

No contexto atual da pandemia, considerou-se também importante galardoar quem se empenhou no combate ao “COVID-19”, pugnando por uma Saúde Pública de Qualidade (ODS 3 - Saúde de Qualidade).

Na defesa dos valores da Cidadania e da Solidariedade (ODS 10 - Reduzir as Desigualdades) e a promoção da Paz (ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes), justificam a atribuição da Medalha Municipal de Mérito a várias personalidades e instituições.

O Desenvolvimento Económico (ODS 9- Indústria, Inovação e Infraestruturas) também motiva a distinção de diversas empresas.

Por último, não quisemos esquecer que, citando, “a Cultura é quem nós somos e o que molda a nossa identidade”. Num período em que nos vimos privados de grande parte das manifestações culturais, entendeu-se referenciar agentes que se dedicam à promoção e salvaguarda da Cultura, é também uma forma de reconhecer não só o seu valor e criatividade, como o papel essencial que desempenham na prossecução de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Consultada a Comissão Municipal de Condecorações, pronunciaram-se os seus elementos favoravelmente sobre o teor da presente da proposta.

E nessa medida aqui estamos no Órgão Deliberativo, a quem compete deliberar estas atribuições.

Recordaria:

MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO (GRAU OURO)

ASSOCIATIVISMO

- Rancho Folclórico do Poceirão - é o mais antigo da região e faz cinquenta anos.

CULTURA

- Associação Passos e Compassos – Dançarte;
- João Carlos Tuna Brites;
- Jorge Miguel Alpendre da Silva Nunes (um músico, a título póstumo).

CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

- Carmen Antunes de Matos Fortuna (a título póstumo);
- Maria Helena Cardoso Machado Coelho (a título póstumo).

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal.

DESPORTO

- José Augusto dos Santos Rocha de Sousa (a título póstumo);
- Pedro Pablo Pichardo Peralta – também um atleta de carreira internacional, que é nosso munícipe.

SAÚDE PÚBLICA

- João Manuel Vilhena Diegues – naturalmente nesta área, como noutras, e sobretudo tendo sido armamentário da proposta, a importância com que se empenhou na luta ao combate da Covid-19, teríamos aqui, que incluir uma extensa lista, que há de facto um conjunto de instituições de profissionais, desde a Proteção Civil, à saúde, aos bombeiros etc, que estiveram sempre na primeira linha, mas procurou-se aqui a saúde pública e quem a representa no nosso concelho, a Autoridade de Saúde, e que ainda por cima nos acompanha há cerca de trinta anos nestas questões de saúde pública..

ECONOMIA LOCAL

- Cooperativa Agrícola União Novense

VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS

- Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira (PORVID).

MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO (GRAU PRATA)

ASSOCIATIVISMO

- Associação de Moradores de Olhos de Água.

CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

- Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo;
- Associação de Dadores de Sangue na Freguesia de Poceirão;
- Conferência Vicentina de S. Pedro de Palmela;

- Núcleo dos Dadores de Sangue dos Bombeiros Voluntários de Palmela.

CULTURA

- Carlos Prado de Sousa.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- ILUMINA, Lda.;
- INTROSYS, S.A.;
- ISPT – Injeção e Serigrafia de Plásticos Técnicos, Lda.;
- ORO AGRI, S.A.;
- SOGMIP – Sociedade Geral de Manutenção Industrial, S.A.

DESPORTO

- Marcelo António Cazassa (Tiro Olímpico).

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

- Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente.

MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO (GRAU COBRE)

ASSOCIATIVISMO

- Associação Amigos da Festa Brava de Pinhal Novo;
- Associação de Moradores da Quinta do Sobral e Canastra – Terrim;
- Associação de Moradores e Amigos da Quinta da Torre – Marquesa II – 1.ª Fase.

CULTURA

- Joaquim António Gonçalves Borregana (KIM PRISU).

DESPORTO

- Miguel Barroso da Silva (Karting).

VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS

- Alquímia dos Sabores;
- Courela dos Pegos, Agricultura Biológica;
- Karmuxilon, Lda. (PALMANHAC);
- Marvíflora, Lda. (Produtos Nobre Terra);
- Pomar na Vila – Maçã Riscadinha de Palmela;
- Vítor Inácio Oliveira Margarido;
- Zulmira Rocha da Cruz.

O **Sr. Presidente** acrescenta o seguinte:

No essencial, disse e peço, naturalmente que a proposta seja transcrita na íntegra para a ata fazendo parte dela, naturalmente, os anexos com as biografias e as fundamentações.

Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão desta proposta.

Perguntou quem quer intervir?

Recordo que reuniu a Comissão Municipal no âmbito da Assembleia para se pronunciar, para conhecer e pronunciar-se sobre as propostas que estavam em cima da mesa, havendo ainda oportunidade de apresentar algumas outras que obviamente foram ponderadas.

Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, dou a palavra ao Partido Socialista.”

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

“Muito obrigado Sra. Presidente, uma boa noite para si e para os restantes elementos que compõem a mesa, para o Sr. Presidente de Câmara, para os Srs. Vereadoras e Vereadores, para os queridos e queridas colegas que aqui estão uns aos quadrados outros aí no Cine Teatro São João, técnicos da autarquia e os munícipes que assistem a esta sessão online, muito boa noite a todos e a todas.

Gostava de tecer dois ou três comentários em relação à atribuição das medalhas nomeadamente estas Medalhas de Mérito, o Partido Socialista votará favoravelmente a proposta um e a proposta dois, e relativamente às medalhas de honra não haverá nada a apontar, mas em relação a estas gostava de tecer aqui dois ou três comentários, sendo que o Sr. Presidente se antecipou nomeadamente nas questões ligadas à saúde e portanto apresentou aqui uma justificação enfim, que é uma justificação que nunca aparentemente terá sido dada antes desta sessão.

Eu só gostava de dizer-vos o seguinte: a Comissão reuniu efetivamente no dia vinte de abril, às dezoito horas e trinta minutos, recebemos a documentação às quinze horas e sete minutos e portanto chegamos para uma reunião que durou uma hora e trinta minutos sensivelmente, com o vereador Adilo a comandar a reunião, em que procurámos de alguma maneira perceber, quais eram os critérios, onde é que estavam as questões dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, o que é que iríamos aqui plasmar mais, onde é que iríamos trabalhar de uma forma diferenciada em relação aos anos anteriores até, e a primeira nota para mim nem foi muito positiva, ou seja, nós teríamos descido cerca de cinquenta e três medalhas no ano anterior para cerca de vinte e sete, e portanto, este que era uma das linhas orientadoras, do Partido Socialista que era a dignificação dos munícipes ou não deste concelho que recebem as medalhas em função daquilo que diz na Secção 3, artigo 9º, “*A Medalha Municipal de Mérito destina-se a distinguir as pessoas singulares ou coletivas nacionais ou estrangeiras pelo seu significativo contributo no campo ambiental, social, cultural, económico e desportivo ou por outros contributos de tal importância que justifique esse reconhecimento*” e como sabem temos sempre alguma dificuldade a ver este notável desempenho para este reconhecimento e, portanto, esta foi a primeira nota que gostava de deixar de satisfação pelo facto de termos reduzido aqui bastante o número de propostas municipais, à partida.

Depois, passámos de cerca de vinte e sete propostas para trinta e sete, fruto da alavancagem que foi trazida pelos diferentes elementos da comissão que, não teve conhecimento da proposta do município, naquela altura fizeram essa mesma proposta, na altura vinte de abril. Foi entretanto agendada, nesse mesmo dia, uma outra reunião para vinte e sete de abril, com a anuência de todos, essa reunião decorreu às dezoito horas do dia vinte e sete de abril e o envio da documentação, portanto, da segunda fase da documentação, foi feita nesse mesmo dia vinte e sete de abril às treze horas e trinta e dois minutos.

Eu pessoalmente no dia vinte e dois de abril, comuniquei à Assembleia Municipal às vinte e uma horas e quinze minutos, por questões profissionais não estava presente, mas que enviaria comentários entretanto em função daquilo que fosse recebendo do *feedback*, nomeadamente dos dez novos nomes e da fundamentação que seriam necessárias ter alocado a muitas das propostas que efetivamente com todo o respeito a fundamentação é muito ténue, a Sra. Presidente concordará comigo porque teve também esse “*desabafo*” nessa reunião, era muito ténue em relação aquilo que se pretendia.

No dia vinte e sete de abril às oito horas e cinquenta e sete minutos, fiz um email de novo para o Gabinete de Apoio à Presidência, dizendo que me sentia impossibilitado de apresentar qualquer comentário, porque não tinha recebido qualquer retorno da primeira para a segunda reunião e não tive nunca resposta do Gabinete de Apoio à Presidência, portanto, lamento isso, porque pelo menos era uma possibilidade que tinham de dizer que recebemos, levámos em linha de conta ou não temos possibilidade de levar em linha de conta.

No dia vinte e sete de abril às treze e trinta e dois, o Gabinete de Apoio à Presidência enviou então proposta final e no dia vinte e nove de abril às vinte e duas horas e quarenta minutos, eu envio novo email ao Gabinete de Apoio à Presidência, ao qual também não obteve resposta, manifestando a minha estranheza pela lista enviada, já que o único nome que o Partido Socialista tinha apresentado tinha sido excluído da lista, e esse nome era um nome que a Rosa Pinto, tinha anuído, inclusivamente fomentado mais gente na área da saúde digamos assim, a Sra. Presidente disse que “*sim, senhor*”, o vereador Adilo não disse absolutamente nada, tomou nota, que ficou de encontrar o currículo e o que é facto é que esse nome desapareceu de toda esta panóplia de nomes que aqui estão e, portanto, gostava de dizer mais uma vez que continuo a ter algumas dificuldades e desta vez até começamos muito bem, em me rever neste processo que, por vezes, tem aqui alguns mecanismos que não possibilitam a participação de todos efetivamente esta atribuição da medalha de mérito ou da medalha de honra do concelho é uma atribuição do município, mas não é do Presidente da Câmara, nem da Câmara Municipal de Palmela, é do município, por isso é que está aqui na Assembleia Municipal e, portanto, parece-me conflitual que o município enfim, se feche numa redoma, apresente um determinado numero de nomes e depois em relação aos outros coloque uma série de questões, que serão todas elas válidas, mas é em função de um pensamento do município e que não é da Assembleia Municipal.

Eram estas notas que gostava de deixar, de qualquer forma, nós votaremos favoravelmente, não temos nada a obstar em relação aos nomes que aqui estão, eventualmente, haveria outros que poderiam e deveriam nesta fase, nomeadamente atendendo a que o Sr. Presidente da Câmara disse, à face Pandémica em que estamos merecer um destaque e uma relevância agora, agora, que continuamos com a Pandemia.

E era só Sra. Presidente, muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada Sr. Membro da Assembleia.

Tem a palavra agora o Bloco de Esquerda, Sra. Membro Tânia Ramos.

A Sra. Tânia Ramos do BE:

“Olá boa noite a todos e a todas, cumprimento, na pessoa da Sra. Presidente todos os presentes e todos aqueles que nos estão a ouvir através das plataformas digitais.

O Bloco de Esquerda também tem dois pontos a dizer em relação à atribuição destas medalhas. O primeiro ponto é que o Bloco de Esquerda considera que as atividades tauromáquicas devem tender para o desaparecimento como fruto da evolução do pensamento humano e que se deve procurar a concretização do bem-estar animal. É do conhecimento de todos que as touradas causam imenso sofrimento animal, tanto aos touros como aos cavalos, e não basta bater no peito que somos a favor do bem-estar dos animais quando efetivamente temos oportunidade de o fazer, e não o fazemos atribuindo as culpas aos protocolos e aos seus estatutos. A mudança começa nos detalhes e é vencedora nas atitudes.

Como tal o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente a atribuição destas medalhas, tanto as de mérito como as de honra, na sua globalidade, no entanto manifesta o seu colossal desagrado e desilusão por este executivo pretender atribuir uma medalha municipal de mérito de grau cobre à Associação Amigos da Festa Brava de Pinhal Novo.

Gostaria de salientar que foi discutido por mim, que foi questionado e que me foi justificado, mas ainda assim teria sempre de trazer o nosso desagrado, independentemente da justificação que me foi dada pelo Sr. Vereador e pela Sra. Presidente e, por isso, continuo a dizer que atribuir uma medalha municipal de mérito a uma associação que tem na sua genes e a cargo a organização das populares largadas de touros e da corrida de touros inseridos nas Festas Populares de Pinhal Novo, para nós não é correto.

Lembro-me que no passado dia cinco de maio de dois mil e vinte e um, há dias atrás, a "RTP – Radio Televisão Portuguesa" decidiu pelo respeito, pelo bem estar dos animais, como uma das missões, dos conteúdos do canal público de televisão não exibir touradas, respeitar os animais torna-nos mais humanos, façamos por isso.

Depois, o segundo ponto é um ponto oposto àquele em que me manifestei agora, é para dizer que no dia de hoje, fomos bombardeados com imagens de cinco crianças que foram brutalmente arrastadas por militares Israelitas, enquanto colhiam flores e o Bloco de Esquerda congratula-se com a escolha da medalha municipal de mérito ao Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e Pela Paz no Médio Oriente, o Bloco de Esquerda manifesta assim a solidariedade com a Palestina e com o direito à vida do povo Palestino e não concordamos com a ocupação violenta de Israel e os mais ataques e mortos civis na Faixa de Gaza, em Jerusalém, e em West Bank, e aproveitar também para lembrar a grande hipocrisia internacional que temos visto, feito os ataques de Israel à Palestina recordando a ocupação ilegal, os bombardeamentos e as políticas de Apartheid de Israel.

Disse Sra. Presidente, muito obrigada."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada também, Sra. Membro da Assembleia Tânia Ramos.

Pergunto se há mais alguma intervenção?

Tenho um pedido aqui em sala por parte do grupo do PSD/CDS, tem a palavra a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Muito boa noite a todos. Na pessoa da Sra. Presidente desta Assembleia cumprimento toda a Mesa e a todos os eleitos na pessoa do Sr. Presidente da Câmara cumprimento, o restante executivo, mas não sabendo quais são os vereadores presentes através de meios informáticos. Em todo o caso cumprimento também todos os que estão a assistir em casa e bem assim com o público. Há vereadores que eu estou a ver agora aqui na sala, mas eu estava-me a referir aos que não estava a ver, não sei se estarão em casa a assistir.

Em todo o caso queremos aqui referir o seguinte: efetivamente, confirmo as reuniões que houve, como sabem há sempre duas reuniões é-nos apresentada uma lista proposta pelo executivo da Câmara e é a partir dessa primeira reunião que nós damos algumas sugestões que são aceites ou não são aceites. No caso vertente aqui, por exemplo, desta lista posso salientar que em relação aos grupos dos Dadores de Sangue tínhamos já proposto há dois/três anos salvo erro. Efetivamente a CDU veio agora incorporar através do seu executivo essas propostas e, portanto, congratulamo-nos com isso, o que já afirmei na própria reunião.

Relativamente à atribuição das condecorações, algumas delas, a Associações legalmente constituídas mormente as Associações Taurinas, as condecorações são dadas por aniversário, quinze, vinte e cinco, cinquenta anos. Efetivamente o Bloco de Esquerda mostrou-se contra essa atribuição. Eu pessoalmente e aqui é um voto pessoal nesta parte, independentemente de ser aficionada ou não, quando acabarmos com

as corridas de touros acabamos com os touros bravos. Esta é a minha leitura as corridas, mas cada um deve pensar como quer, e isto é mesmo um país de liberdade e até ir quem quer. A televisão pública não transmitir isso aí é uma orientação política, ou do Governo, concerteza, ou da própria direção. Em todo o caso, maltratar ou não os animais, eu pessoalmente acho que, não maltrato animais e em todo o caso também direi que não gosto de ver crianças maltratadas, quer em situações de guerra, emigrantes e tudo mais e temos aqui casos concretos, atuais, que todos sabiam e muitas vezes é a Pandemia que veio chamar mais a atenção dos problemas existentes há anos e muitas vezes apontados por diversos autarcas independentemente do partido a que pertencem.

Em todo o caso, também propusemos dois nomes. Confirmando que o José Carlos não foi à segunda reunião e que o PS tinha apresentado efetivamente outro nome que houve a justificação para não fazer parte da presente lista, mas o PS, apresentou também outros nomes através do Presidente da Junta de Palmela, portanto, não propuseram só um nome, propuseram vários, alguns dos quais foram aceites.

Relativamente à solidariedade internacional, a minha posição foi que havia outros movimentos que também mereciam a solidariedade internacional e lembrei até à data há uns anos atrás, o próprio povo Timorense que muitos não defenderam na altura por razões meramente políticas. Portanto, aqui é apresentado, neste momento, o Movimento pelos Direitos do Povo Palestino, tendo sido ligeiramente alterada a proposta inicial cujo conteúdo, eu tive conhecimento através da entrega do documento que me foi feita esta semana.

Nós iremos votar favoravelmente, sendo que, atualmente a situação ainda é mais grave, porque quer a Palestina, quer Israel, se encontram em situação que considero novamente da guerra, não me parece que a solução passe por chamarmos terroristas a uns e a outros, ocupantes de uns e não ocupantes a outros, porque também temos que conhecer a história de há muitos séculos e o que deu origem a tudo isto. Infelizmente, muitas vezes por razões que muitos consideram religiosas e até de algum fanatismo religioso e talvez até de ambas as partes, lamentavelmente aquele território encontra-se novamente em guerra. Em todo o caso com a alteração que foi feita à proposta, considero poder votar favoravelmente, sempre chamando a atenção e é minha opinião pessoal, porque o CDS ainda é um partido livre e de diversas opiniões, mesmo que alguns possam eventualmente, não pretender ou não reconhecer isso e, portanto, considero que também no Estado Israelita também há muitos inocentes, não é só no lado Palestino. Os governos, de ambas as partes talvez não consigam é ter chegado a um consenso, porque há rockets de ambos os lados.

Quanto à ocupação territorial, é um assunto que está na ONU há muitos e longos anos é mais ou menos como os emigrantes cá em Portugal, só quando há uma pandemia é que se resolve pensar no assunto. Na Assembleia da República, foram já vários partidos, transversais, à esquerda e à direita, no apoio também aos direitos do povo Palestino. A própria União Europeia da qual fazemos parte, subsidia muitas vezes, o povo Palestino. Acho que isso não é solução final, tenho fé que algum dia cheguem a um acordo, se bem que mesmo num estado empobrecido, que não é estado ainda reconhecido como é que a Palestina, eu também pergunto quem é que subsidia aqueles rockets de um lado Israel e do outro não sei quem é e penso que morreram crianças nestas guerras, quer dum lado, quer do outro, porque também morrem do outro lado, acho puramente inadmissível.

Nesta proposta há aqui nomes que talvez se a fizéssemos parte do executivo com poder para decisão, poderíamos propor outros, mas efetivamente não nos parece ser difícil votar aqui favoravelmente a proposta com as nuances do que aqui falei.

E é só."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Há mais alguma intervenção neste ponto?"

Não estou a perder nenhum pedido de intervenção em casa, pois não?

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, eu diria que, apesar de tudo a sua intervenção, suscitaria uma discussão sobre, enfim, o que disse, porque julgo que está em causa uma visão, enfim, pela minha parte ainda assim atrevo-me a dizer, uma visão muito distorcida da realidade, passada ou vivida, neste território e

penso que as comparações a que aludiu são totalmente desfasadas da realidade e, portanto, eu direi no mínimo totalmente desprovidas de, desculpe a expressão, de razoabilidade, de razoabilidade relativamente àquilo que está aqui em causa, mas pronto, cada um tem a sua opinião, eu gostava apenas que ficasse para quem nos ouve, que esta não é, de facto, a leitura que preside à elaboração de uma proposta deste tipo, não é a ideia de que estamos perante dois estados em guerra, não, não é isso, nem é a nossa, isto é, nem a daqueles que propõem esta distinção, nem a de uma parte muito significativa de historiadores, de políticos, de comentadores, de observadores internacionais, de organizações de vários tipos, não é assim que classificam a realidade da Palestina e de Israel, portanto, é só para dizer que não vamos entrar nesta discussão, mas essa não é a visão, eu não posso dizer visão correta, porque não seria da minha parte dizê-lo, mas não é seguramente uma visão consensual.

Pergunto se há mais alguma intervenção?

O Sr. Presidente da Câmara quer intervir, naturalmente, peço desculpa.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Obrigado senhora Presidente.

Eu gostaria acerca desta matéria de recordar as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, como é que este processo efetivamente decorre para não serem feitas aqui afirmações que não correspondem, de facto, à realidade que é uma proposta do executivo municipal, que é uma proposta deste ou daquele.

Existe um regulamento, existe uma autarquia, um município que é de todos, tem representação de todas as forças políticas e que têm serviços municipais, os serviços municipais são os grandes pontos de contacto com a sociedade local, com o território, com os vários agentes e são os serviços municipais que, ao longo do ano e, em particular, a partir de janeiro de cada ano têm instruções do Gabinete de Apoio à Presidência, para recensearem e proporem, primeiro, temos que devam ser considerados, destacados, em determinados anos, porque há várias efemérides, há anos disto, há anos daquilo etc., e depois são, de facto, os serviços que sabem quem foram os atletas que se distinguiram, que foram medalhados, foram campeões nacionais, foram vice-campeões, foram europeus, que interagem com as associações, que trabalham com empresas, que sabem se as empresas foram distinguidas por isto, por aquilo e por aquilooutro, PME líder, PME excelência, inovação, responsabilidade social, etc., e que têm um contacto com um conjunto de instituições é daí que vêm as propostas, não é de nenhuma bancada nem de nenhum partido, eu acho que já tínhamos todos a obrigação de perceber isto há uns anos, porque sistematicamente, estamos a desconsiderar um trabalho que é feito com a maior objetividade possível sempre que nas apreciações há sempre alguma subjetividade e que é feito com um entender técnico.

De facto quem tem a responsabilidade de governar a câmara, diz os serviços façam favor de fundamentar e essas fundamentações, as fotografias, há um debate interno até se conseguir encontrar uma proposta que procura ser o mais abrangente possível, porque havendo cidadãos singulares, entidades, empresas, enfim, por aí fora.

Eu creio que o processo nos últimos anos, sem prejuízo de termos sempre esta corrida contra o tempo e a necessidade de mais tempo para discutir, tem sido sempre um processo interativo e participativo e que tem acolhido muitas propostas da Comissão especializada na Assembleia e mais, e algumas dessas propostas na Assembleia têm todas o seu mérito às vezes não são sequer bem fundamentadas na Assembleia e ainda têm que ser os serviços municipais e, às vezes até os eleitos, a escrever e a pesquisar e a fundamentar as propostas que outros membros da Assembleia legitimamente fizeram. É preciso também reconhecer isto e, portanto, e tudo isto e foi depois da primeira para a segunda reunião, alguém tem que fazer isto, temos uma ideia legítima, fundamentamos genericamente, mas alguém tem que investir depois nisso e algumas, de facto, são, obviamente debatidas e o Fórum por Excelência é a Comissão Especializada, eu quero começar por dizer que todas as propostas foram consideradas. Depois, eu não participo na Assembleia, mas o Sr. Vereador Adilo procura representar o Presidente da Câmara e aquilo que os serviços fizeram, propuseram, justificaram, etc., etc., e houve apenas uma questão que me foi relatada em que eu pensei que tivesse ficado diluída na Assembleia, que era a seguinte questão, se nós abrimos aqui o leque do conjunto de profissionais de saúde, isso era a mesma história, o que é que custava, vou dizer-vos Sras. e Srs.

Membros da Assembleia, se fosse eu a propor, eu tinha proposto uma medalha ao Serviço Nacional de Saúde, era isso que eu gostava de fazer porque acho que merece, foi posto à prova como nunca e apesar de todos os problemas, garanto-vos que funcionou muito melhor do que nos outros países. Também incluir esta ou aquela proposta, muitos médicos, muitos enfermeiros, muitos bombeiros, muitos cidadãos quer da área da Proteção Civil e outros que continuam a ir a casa de pessoas infetadas levar-lhes comer, etc., etc., e todos esses são merecedores do nosso reconhecimento, e fiquei com a ideia que se tinha concluído que, de facto, na impossibilidade de distinguir tanta gente, que deveríamos centrar na Autoridade de Saúde Pública, que de facto é quem diz do primeiro minuto em que foi declarada a pandemia em Portugal, trabalha connosco, vinte e quatro horas por dia nesta matéria, com a câmara, com as nossas instituições, com as IPSS, com a saúde, nas idas aos lares diárias, etc., etc., ainda por cima, alguém que trabalha connosco há trinta anos, que ao distinguirmos a Autoridade de Saúde Local, estaremos também por esta via a prestar homenagem a todos os outros profissionais desta área. Foi esta ideia com que fiquei e pensei que isso tivesse sido pacificado ou pelo menos esclarecido. Fica aqui a justificação que obviamente é real, mas não tem que ser aceite por todos, naturalmente.

A questão dos Amigos da Festa Brava, não estamos aqui a reconhecer por mérito, nem da atividade, isto é uma questão de direito de Associação em Portugal, há direito de associação felizmente sem tutelas, antes do "25 de Abril" é que não havia. É uma Associação que tem um fim específico, que tem instalações cedidas pelo município, que tenta participar na comunidade nas mais diversas formas, não está aqui em causa atividade em si e, portanto, vem aqui, porque perfeitamente quinze anos de existência. É por isso que está aqui.

O mesmo em relação às Associações de Dadores de Sangue, se não foram acolhidas no passado, era uma questão de mérito ou desconsideração é porque, quando fizessem o número de anos para chegarem a prata ou para chegar, enfim, é como outros e já nos esquecemos de algumas associações, já aconteceu uma receber a de prata e esquecemos de atribuir o bronze já aconteceu, todos nós temos a responsabilidade de alertar... como?"

O Sr. José Carlos do PS:

"Não se está a ouvir Sra. Presidente, os últimos vinte segundos, não se ouviu."

O Sr. Presidente da Câmara:

Estava a dizer que, por acaso até já aconteceu por lapso dos serviços nestas atribuições que tem que ver com o número de anos ininterruptos de atividade do associativismo termos saltado uma das medalhas, e só demos por isso quando atribuímos por exemplo, a medalha de prata e não atribuímos a medalha de cobre e eu estava a dizer que é importante também, todos nós, quem identificar algum lapso dessa natureza ajudá-los a corrigi.

Por último, sobre esta questão do Movimento dos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente, é de facto, um Movimento pela Paz no Médio Oriente e, ao contrário do que aquilo que foi aqui, procurado ser dito é parte, mas não é parte que tenha um conflito bélico, não pode dizer que os Palestinos são todos do "HAMAS - Movimento Islamista Palestino, de Orientação Sunita", é preciso conhecer a realidade da Palestina, de facto o Movimento pelos direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente, tem uma intervenção em torno da causa, do direito à terra e ao estado da Palestina, mas tem um trabalho notável junto da comunidade nacional e internacional, não só na sensibilização e é um agente de paz, não tem nada que ver com os confrontos que existem e assim, como hoje, um jornalista dizia e bem, o nosso conhecido e o nosso conterrâneo, que alguém disse que Israel tinha o direito de defender-se e os palestinos têm o direito de quê? Mas aqui não se podem chamar terroristas a ninguém, ou melhor, se tivermos que chamar terroristas é a um Estado que ocupou outro Estado e que continua a correr com Palestinos e a fazer uma limpeza étnica em Jerusalém e eu quando falo nisto, fico assim um bocadinho, porque eu assisti a coisas destas no local.

É só para chamar aqui à coação, este aspeto, porque muita gente pensa que isto é um conflito religioso, isto é um conflito de direito internacional, há mais de cento e quarenta países que reconhecem o direito ao

Estado da Palestina, a própria "ONU - Organização das Nações Unidas" várias vezes tentou fazer passar esta situação, é evidente que há sempre dois ou três estados ou até os Estados Unidos que acham que são os polícias do mundo que não deixam passar este tipo de resoluções, é pena.

Mas dito isto mais à guisa de esclarecimento, parece-me que, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, nós temos uma proposta muito equilibrada, coerente, procura reconhecer aquilo que na atualidade deve ser reconhecido, que teve excelentes contributos também da parte da Comissão do grupo de trabalho da Assembleia e acho que devemos estar todos confortáveis sem prejuízo, enfim, de algumas diferenças de opinião que aqui esboçamos, que temos uma proposta que também nos prestigia ao prestigiarmos estas entidades, com estas condecorações.

Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, pergunto se há mais alguma questão?

Se não, vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Proposta seguinte Sr. Presidente."

PONTO DOIS – Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela 2021

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado, Sra. Presidente,

A Medalha de Honra do Concelho de Palmela destina-se a galardoar pessoas singulares ou coletivas que tenham prestado ao Concelho de Palmela serviços de excecional relevância.

No caso das nossas coletividades centenárias, instituições culturais incontornáveis, bastiões da tradição musical do nosso concelho, ponto de encontro, convívio e cidadania, pensamos que muito tem contribuído para o desenvolvimento das respetivas freguesias.

Foi consultada a Comissão Municipal de Condecorações, pronunciaram-se os seus membros favoravelmente e pensamos que é de toda a justiça, até porque já o tínhamos feito também a duas outras centenárias, desta feita atribuímos a Medalha de Honra do Concelho de Palmela, à Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo e à Sociedade Filarmónica União Agrícola de Pinhal Novo, cuja fundamentação só peca por ter sido resumida, porque em mais de uma centena de anos de história ao serviço das nossas comunidades e certamente, constituem páginas de ouro da história de cada uma das freguesias disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sobre esta proposta, Sras. e Srs. Membros da Assembleia por favor, há alguma intervenção?

Tenho em sala um pedido de intervenção do PSD/CDS, Maria Rosa Pinto, que tem a palavra."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Em relação à anterior, eu penso que as pessoas que me ouviram ficaram devidamente esclarecidas da opinião, também não gosto que ponho palavras na minha boca que não foram por mim, proferidas, é uma questão de má interpretação com toda a certeza. Relativamente a esta proposta quero aqui parabenizar quer a SIM - Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo e a SFUA - Sociedade Filarmónica União Agrícola de Pinhal Novo, porque efetivamente tem um trabalho meritório e sem desistirem muitas vezes na adversidade, até com problemas financeiros que muitas associações vão atravessando e há que dizer que a Câmara também tem dado o seu apoio, independentemente não concordamos com muitas opiniões políticas, a verdade é que isto tem que ser dito e portanto, queremos aqui parabenizar estas duas instituições centenárias.

E é só.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Há alguma intervenção dos Srs. Membros da Assembleia?

Não havendo vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sr. Presidente, passamos ao ponto três, alteração do acordo de execução de delegação de competências. Em Poceirão e Marateca, por favor.”

PONTO TRÊS – Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências (atualização verbas) – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros - União das Freguesias de Poceirão e Marateca

O Sr. Presidente da Câmara:

Sra. Presidente solicitou que a proposta seja transcrita na íntegra para a ata e vou procurar abreviar, trata-se, de facto face à atualização da remuneração mínima mensal garantida, da necessidade de se aprovar a atualização das verbas a transferir referentes ao presente ano de dois mil e vinte e um, para neste caso para a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, para fazer face aos encargos que têm com os pagamentos das unidades funcionais trabalho dos seus funcionários, no âmbito deste acordo, de execução de limpeza de vias e espaços públicos sarjetas e sumidouros nestas duas freguesias e, portanto, como o quadro, anual de transferências aqui, refere tratando-se de seis unidades funcionais de trabalho e havendo esta atualização, foi necessário proceder a esta aprovação e façamos a respetiva transferência financeira.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“O Sr. Membro da Assembleia, Rui Lourenço não é verdade? Desculpe, pareceu-me que sim, mas depois, tem a palavra.”

O Sr. Rui Lourenço do PS:

“É uma coisa de muito rápida, o Partido Socialista como toda a gente sabe é defensor de que tudo o que é aproxime mais os poderes autárquicos dos seus cidadãos e, por isso, como é óbvio, defendemos que tudo

aquilo que seja, transferir para mais próximo dos cidadãos fregueses, dos municípios, as tarefas diárias, digamos assim, tem a nossa aprovação, aliás, nós entendemos que o decreto-lei 57/2019, deve ser cada vez mais implementado e entendemos que, só assim realmente conseguimos melhorar a situação de vida das nossas populações e, por isso, tanto esta como a que se segue, contam com o nosso apoio.

Obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Agora sim, não vejo outras intervenções dos Membros da Assembleia que participam online, portanto, pergunto mais alguma intervenção? Aqui sobre este tema?

Tem a palavra a Bancada do PSD/CDS, Maria Rosa Pinto, novamente.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Ora bem, aproveito para tecer os comentários que acabam por ser conjuntos às duas propostas, uma vez que são similares até em valores. Efetivamente, sempre fomos defensores, há uns anos, dos protocolos, agora Acordos de Execução, que acabam por ser competências a serem exercidas pelas Juntas. Competências essas que devem efetivamente ser exercidas e os montantes aqui transferidos aplicados às respetivas funções contidas nos Acordos de Execução, deste modo, fazemos votos para que, finalmente, nalgumas freguesias, aqui no caso vertente são duas, o trabalho se reinicie sobretudo na limpeza das vias e espaços públicos, também sarjetas e sumidouros, que, efetivamente nalguns casos, há muito que não veem limpeza, nem os sumidouros nem as vias e espaços públicos, portanto, fazemos aqui voto que o trabalho comece ou recomece a ser prontamente executado,

E é só, votaremos favoravelmente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Não havendo pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se quer intervir por favor.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Não, muito obrigado Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Não há nenhum pedido de intervenção que eu não esteja a notar, pois não?

Vamos então votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Passamos ao ponto quatro.”

PONTO QUATRO – Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências (atualização verbas) – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros - Junta de Freguesia de Quinta do Anjo

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente, solicito a transcrição na íntegra da proposta, ela é diferente...”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sr. Presidente deixe-me só interrompe-lo, nós não vamos transcrever a proposta, nós anexamos as propostas, não, é que no outro dia, houve uma questão colocada por um Membro da Assembleia, nós não vamos transcrever para a ata as propostas, nós anexamos as propostas, como é normal, não é, pronto, peço desculpa, é só uma precisão.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado.

Neste caso apenas referir que a proposta em tudo idêntica à anterior, mas uma vez que os termos do Acordo de Execução, são idênticos também para a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e trata-se efetivamente de proceder à atualização das verbas, o que decorre da atualização da remuneração mínima mensal garantida.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Srs. e Sras. Membros da Assembleia sobre esta proposta com esta pequena adenda, do Sr. Presidente da Câmara, sobre esta proposta em concreto para Quinta do Anjo, alguma questão?

Não me parece, acho que estamos em condições de votar da mesma forma certo?

Vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Passamos ao ponto cinco, empréstimo bancário, para financiamento de investimentos candidatados ao “Portugal 2020”.

PONTO CINCO – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para o financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente, esta magna Assembleia que já havia autorizado previamente investimentos a serem financiados por empréstimo bancário, posteriormente, em dezanove de fevereiro de dois mil e vinte, fez-se a consulta para apresentação de proposta às entidades bancárias: “BEI - Banco Europeu de Investimentos (Linha BEI PT 2020- Autarquias), Caixa Geral de Depósitos crédito, Crédito Agrícola e Montepio Geral.

Mas importa referir que a consulta ao BEI assume a figura de candidatura, nos termos do regulamento de implementação da "Linha BEI PT 2020", que foi submetido na respetiva plataforma, "PT2020", uma por operação, destinando-se os empréstimos contratados ao financiamento das componentes elegíveis de operações aprovadas no âmbito do "Portugal 2020".

A consulta a outras entidades bancárias tinha como único propósito de cumprir a obrigação prevista na legislação aqui aduzida, mas estamos depois de dispensada a consulta a outras entidades bancárias a presente deliberação restringe à apreciação das condições contratuais apresentadas pelo BEI, verificamos que as mesmas se conformam com as condições definidas pelo município na referida deliberação de dezanove de fevereiro de dois mil e vinte.

O município já tem treze candidaturas, destas treze candidaturas, onze já foram objeto de aprovação e traz-se agora esta proposta uma vez que já houve notificação da "Agência para o Desenvolvimento e Coesão AD&C", que aprovou mais uma candidatura com a seguinte designação "Requalificação do Antigo edifício da GNR (Reservas Arqueológicas Municipais)" e, portanto, o montante do financiamento aprovado é cento e oitenta e sete mil euros.

As condições do financiamento do BEI, enfim, são as que são e são das melhores, portanto, é melhor mesmo, não há possibilidade de ir mais além.

Depois, é feito como habitualmente um quadro com uma aferição da dívida total no primeiro trimestre de dois mil e vinte e um, e o que se propõe é que a Assembleia autorize de facto, a contração deste empréstimo para o efeito que já foi referido e que se submeta a deliberação também ou delibere o pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais, porque isto depois, vai sendo amortizado ao longo de vários anos e tem também os respetivos juros aqui referidos no quadro.

Sra. Presidente, fico disponível para alguma questão."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros, questões sobre esta proposta?

Há alguma intervenção?

Como o Sr. Presidente disse e bem, trata-se da adjudicação de uma deliberação que tinha sido previamente tomada e que agora tem a solução, diga-me os para a sua concretização com esta proposta de adjudicação que aqui está.

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

"Agora último ponto, autorização para assunção de compromissos plurianuais."

PONTO SEIS – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultantes de «Contrato de gestão de eficiência energética», a celebrar com o consórcio AMENER – Eficiência Energética, S.A e Amener III Smart Energy, Unipessoal, Lda., ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

De acordo com o disposto na alínea c) do número um do artigo 6º da Lei número 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso – LCPA), na sua atual redação, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da Administração Local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal em vinte e um de abril de dois mil e vinte e um, que aprovou a adjudicação do "Contrato de Eficiência Energética" enquadrado pelo decreto-lei número 29/2011 de vinte e oito de fevereiro, ao consórcio, AMENER - Eficiência Energética, S.A e Amener III Smart Energy, Unipessoal, Lda., com a duração de quinze anos e o valor máximo contratual de doze milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e seis euros e setenta e nove cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de vinte e três por cento, o que perfaz um encargo total de quinze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, novecentos e um euros e cinco cêntimos.

Os compromissos plurianuais relativos ao contrato em apreço, não se enquadram no número três do artigo 6º da Lei número 8/2012. de vinte e um de fevereiro e propõe-se então que a Assembleia Municipal de Palmela autorize a assunção de compromisso e conseqüente repartição anual de encargos constante no quadro seguinte; para dois mil e vinte e um prevemos duzentos mil euros, mas é, de facto, nos anos seguintes dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco. Anualmente, um milhão, cinquenta e nove mil setecentos e vinte e seis euros e setenta e quatro cêntimos, nos anos seguintes, enfim, é o remanescente que ficará por pagar.

Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs., Membros da Assembleia, sobre esta proposta? Questões?

Temos um pedido em sala, tem a palavra Rosa Pinto da bancada do PSD/CDS."

Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Quando recebi esta proposta, embora isto seja uma autorização, ao fim e ao cabo é a assunção de compromissos plurianuais que vai vincular para além do presente mandato, mas também todos sabemos que, quando se faz o orçamento tem que ser também para os anos seguintes, pelo menos a projeção.

Suscita-se aqui uma dúvida, porque no mapa que vem nesta autorização para assunção de compromissos, penso eu que esteja a ler bem, há um total de quinze milhões, efetivamente projeta-se para os anos seguintes como o Sr. Presidente disse, ou seja depois de dois mil e vinte e cinco, cerca de onze milhões, e perfaz, o valor da proposta, um encargo total de quinze milhões oitocentos e noventa e cinco mil, novecentos e um euros e cinco cêntimos.

É certo que, até tenho acesso às propostas que vão às reuniões do executivo, no entanto, como nos encontramos na Assembleia Municipal, e bem sabendo que não é obrigatório desta vez, foi-nos enviado, embora não há muito tempo, mas deu tempo para eu ler a justificação da adjudicação pelo menor preço como a que se indica e o sentido da nossa votação será favorável, dando como boa, toda esta informação constante da proposta da reunião de câmara. Dando como bom, ou seja, acreditando em tudo o que aqui está contido, após análise do competente júri e é nesse sentido que votaremos favoravelmente bem, sabendo que a projeção é para além deste mandato mesmo quando for feito o orçamento de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois, estes valores terão que ser projetados e contidos no respetivo orçamento.

Eu, na altura como esta autorização para assunção de compromissos tinha efetivamente estas duas páginas e vi aqui uma sociedade ou uma unipessoal depois a net ajuda-nos a averiguar tudo, quis perceber mas

como vi também uma "SA – sociedade anónima", efetivamente este grupo é um grande grupo, que até têm uma "SGPS - sociedades gestoras de participações sociais", não é só uma SA, e como tal tem de capital de um grande investidor, de um banco chinês, capital de risco da Caixa Geral de Depósitos e até do BAI Europa, portanto, quis perceber a amplitude e isto é uma questão de gestão empresarial haver também sociedade unipessoais que trabalham conjuntamente e que estão em áreas de Concelhos. E até vi que na terra onde nasci ali na zona de Portalegre também há a Amener de Portalegre e após esta informação adicional, votaremos favoravelmente.

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada.

Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção sobre esta proposta?

Não havendo perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se quer acrescentar alguma coisa?

Não, então vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

"Temos a nossa ordem de trabalhos concluída e com ela vamos terminar a sessão, antes de terminar, queria recordar a todos a sessão prevista para o dia do concelho, às quinze horas, no Cine Teatro São João, para além do momento da cerimónia global que está a ser organizada, recordo que todas as medalhas que aqui foram distribuídas, bem como as medalhas aos trabalhadores municipais, é nesse momento que tem lugar e, portanto, obviamente, estamos todos convidados, penso que a regra é anunciar previamente, confirmar por questões de logística e de neste caso, até de segurança, definição, marcação de espaços, lugares mais exatamente e, portanto, é muito importante que confirmemos a nossa presença no dia um de junho às quinze horas na Sessão Solene de Comemoração do Dia do Concelho.

Nada mais havendo a tratar, despeço-me todos, agradeço a vossa participação, presença, nomeadamente dos que se deslocam, mas também a todos aqueles que estão em casa, os colegas da Assembleia e sobretudo às Sras. e aos Srs. munícipes que porventura nos acompanharam também, a todos muito obrigada, boa noite, continuação de uma boa semana e até dia um de junho, o dia do nosso concelho."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e cinquenta e sete minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e um, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos treze dias de maio de dois mil e vinte e um.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete